COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 2.353, DE 2011

Acrescenta o § 9º ao art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a aquisição de leite importado no âmbito da administração pública direta e indireta.

Autor: Deputado ALCEU MOREIRA e
outros

Relator: Deputado PEDRO CHAVES

I - RELATÓRIO

De autoria dos nobres Deputados Alceu Moreira, Domingos Sávio, Carlos Magno, Celso Maldaner, Josias Gomes, Vitor Penido, Zé Silva e Raimundo Gomes de Matos, o Projeto de Lei nº 2.353, de 2011, acrescenta dispositivo à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com o objetivo de vedar a aquisição de leite importado no âmbito da administração pública direta e indireta.

Justificando a proposta, os autores salientam: “A produção de leite constitui atividade de enorme relevância econômica e social para o Brasil. Os indicadores econômicos mostram que o setor vem crescendo ao longo dos últimos anos em atendimento ao aumento do consumo que felizmente se verifica face à melhoria das condições de vida da população. Paralelamente, no entanto, vêm aumentando as importações do produto, em especial do leite em pó, fato que sem dúvida afeta o preço de leite produzido no País, bem como a viabilidade financeira da produção nacional.”

E acrescentam: “A proposição ora subscrita vai além de estabelecer mera preferência para o produto nacional. O que se pretende é, de forma bastante objetiva, vedar a aquisição de leite importado no âmbito da administração pública, ressalvada apenas a hipótese de indisponibilidade do produto nacional que impeça o atendimento à demanda de órgãos e entidades públicos. Apenas nessa circunstância será admissível a aquisição de leite importado, devendo, contudo, tal procedimento ser justificado prévia e formalmente pela autoridade competente.”

A proposição foi distribuída para apreciação às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nos termos regimentais, o Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões de prazo para recebimento de emendas. Findo este, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A balança comercial brasileira de lácteos apresentou saldo negativo de US\$ 434,8 milhões entre os meses de janeiro e setembro de 2011, valor 104% acima do registrado no mesmo período do ano de 2010, época em que o déficit registrado foi de US\$ 213 milhões. De acordo com a Scot Consultoria, o País importou US\$ 505,2 milhões e exportou US\$ 70,4 milhões em lácteos no acumulado do ano.

Em nove meses, o Brasil importou 619 mil toneladas de lácteos, representando o pior resultado desde o ano de 2000.

O leite em pó lidera as importações. Em setembro, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o volume de leite em pó importado foi 71,2% superior ao registrado em agosto, passando de 5,6 mil toneladas para 9,6 mil toneladas.

No ano corrente, a Argentina exportou 37,3 mil toneladas de leite em pó para o Brasil. A média mensal dos embarques foi de 4,1 mil toneladas, 24,2% superior, portanto, às 3,3 mil toneladas previstas no acordo entre os dois países.

O Uruguai também aumentou, sobremaneira, as exportações de lácteos para o Brasil. A média mensal de importação em 2011 foi de 2,6 mil toneladas provenientes daquele país, mais que o dobro das 1,2 mil toneladas importadas mensalmente em 2010.

O Brasil importou do Chile, de janeiro a setembro de 2011, 4,7 mil toneladas de leite em pó, volume 51% acima das 3,1 mil toneladas adquiridas em todo o ano de 2010.

O aumento da importação de leite tem preocupado a indústria e os produtores rurais.

No ano de 2009, os produtores brasileiros e argentinos acordaram limitar a importação de leite em pó pelo Brasil em 3,3 mil toneladas. O contrato terminou em abril de 2011 e foi prorrogado unilateralmente pelo Brasil até o fim de setembro. A partir daí, por discordância da Argentina, não houve possibilidade de se renovar o acordo.

Finalmente, após meses de negociação, o Brasil e a Argentina firmaram um acordo em 16/11/2011. Desde então, a cota de importação será de 3,6 mil toneladas por mês de leite em pó desnatado ou integral, volume inferior às 5 mil toneladas postuladas pelos argentinos. Os produtores brasileiros puderam, então, respirar aliviados, já que viviam em clima de insegurança, desde o término do acordo anterior, pois temiam um aumento expressivo das importações de leite argentino.

Importante salientar o papel decisivo, no estabelecimento do acordo com o país vizinho, desempenhado pela Subcomissão Permanente desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, a Subleite, criada para acompanhar, avaliar e propor medidas sobre a produção de leite no mercado nacional. Dentre tais medidas podem ser destacadas a fixação de preço justo para os produtores, o combate aos carteis na produção de insumos lácteos, o estabelecimento de mecanismos de proteção do mercado interno diante da importação de produtos subsidiados e a redefinição da carga tributária sobre o leite *in natura*.

Daí a importância do projeto de lei ora analisado, de autoria do Deputado Alceu Moreira e de outros membros da Subleite, o qual “visa instituir mecanismo de proteção do mercado interno, mediante a vedação de aquisição de leite importado por órgãos e entidades da administração pública para utilização em suas políticas sociais. A proposta parte da premissa de que o Estado, usando seu poder de compra, deve agir concretamente para fortalecer a produção interna de leite.”

Diante do exposto, votamos, pela importância e oportunidade da matéria, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.353, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado PEDRO CHAVES
Relator